

Próximo passo será a volta ao FMI

O pagamento de hoje de US\$ 350 milhões aos bancos credores representa uma parcela dos juros devidos em janeiro (em torno de um terço) e, com este gesto, o Governo quer dar uma demonstração de boa vontade para chegar o mais rápido possível ao acordo de médio prazo. Estas informações constam de uma nota oficial divulgada ontem pelo Ministério da Fazenda.

A nota ressalta que o Brasil poderá efetuar outros pagamentos, na medida em que avancem as negociações e, como apoio dos bancos credores, poderá manter em dia os seus pagamentos, durante o período das negociações, até a entrada em vigor do acordo que vier a ser celebrado. Informa também que o processo de reaproximação do País com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá iniciar-se em meados deste mês, quando funcionários brasileiros e técnicos do Fundo realizarão uma discussão sobre políticas econômicas no Brasil. O acordo com o FMI, entretanto, só será realizado, após o fechamento do acordo com os bancos credores.

A nota prega também a necessidade de ampliação do fluxo de empréstimos do Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para expandir projetos e programas. Destaca a necessidade de um acordo também com o Clube de Paris para reescalonamento de uma parcela significativa das obrigações do Brasil com os governos credores e principalmente para a reabertura das agências de crédito à exportação para operações com o Brasil.

A nota explica que a normalização das relações com a comunidade financeira internacional "não pode ser alcançada de uma vez". Ela será progressiva e poderá desenrolar-se em quatro etapas. A primeira delas é o fechamento — o mais rápido possível — do acordo com os bancos credores, mantendo os elementos básicos da proposta de 25 de setembro. Nesta fase o País pretende contar com os recursos necessários para o pagamento dos juros aos bancos credores e, desta forma, "a moratória poderá ser então levantada".

A segunda etapa envolve as

negociações com os organismos financeiros, incluindo o FMI, Birc e BID. A terceira prevê o fechamento do acordo com o Clube de Paris, que garantiria o crescimento do País, a partir do financiamento das importações brasileiras de bens de capital. Segundo a nota, a última etapa culminará com a avaliação e eventual adoção de instrumentos financeiros novos, quer para a redução de estoque da dívida, quer para captação de recursos adicionais para o desenvolvimento. "Neste contexto, vale ressaltar a possibilidade de recebimento de recursos japoneses em apoio a projetos de desenvolvimento brasileiros".

Ressalta ainda que a demora no fechamento do acordo com os bancos credores não convém ao Brasil pelo elevado custo financeiro que isso implica. "Enquanto transcorrem as negociações, deixa o Brasil de beneficiar-se da redução das taxas de juros, que o novo acordo deverá trazer. Ao mesmo tempo os bancos brasileiros no exterior pagam taxas mais elevadas nas suas linhas de curto prazo".